

# A LUTUOSA DE PORTUGAL ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA

Instituição Fundada em 1 de Julho de 1927



## RELATÓRIO E CONTAS DA DIRECÇÃO PARECER DO CONSELHO FISCAL RELATÓRIO ACTUARIAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA

**Exercício de 2016**



## Índice

Convocatória Assembleia Geral Ordinária .....	1
Relatório da Direção .....	2 - 8
Demonstrações Financeiras	
Balança .....	9
Demonstração dos Resultados por Natureza .....	10
Demonstração dos Resultados por Funções - Modalidades .....	11
Demonstração dos Resultados por Funções - Óptica .....	12
Demonstração dos Fluxos de Caixa .....	13
Anexo .....	14 - 31
Parecer do Conselho Fiscal .....	32
Relatório Atuarial .....	33 - 36
Relatório de Auditoria .....	37



---

## **A LUTUOSA DE PORTUGAL**

Associação Mutualista

### **CONVOCATÓRIA**

ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Nos termos do Artigo 65º dos Estatutos, convoco os senhores Associados a reunirem-se em Assembleia Geral Ordinária, na sede desta Associação, sita na Avenida dos Aliados, nº 168 – 2º andar, da cidade do Porto, no próximo dia **22 de Março de 2017**, pelas **17:00 horas**, com a seguinte

#### **Ordem de Trabalhos**

- 1- Leitura, discussão e votação da Ata da Assembleia Geral Ordinária anterior.**
- 2- Discutir e votar o Relatório e Contas da Direção e o Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao ano de 2016.**
- 3- 30 minutos para tratar de assuntos de interesse para a Associação.**

Se não comparecerem mais de metade dos Associados, com direito a voto, a Assembleia iniciar-se-á uma hora depois da marcada - ou seja pelas **18:00 horas** – com qualquer número de Associados presentes, sendo válidas as deliberações que obtenham a aprovação da maioria dos votos dos Associados presentes.

Porto, 6 de Março de 2017

#### **O Presidente da Mesa da Assembleia Geral**

Álvaro Henrique Barbosa Teixeira

---

**Nota:** Conforme o nº 2 do Artº 63 dos Estatutos, informamos os senhores Associados que os documentos e os livros relativos às contas do ponto nº 2 da Ordem de trabalhos, encontram-se disponíveis para consulta, na Sede da Instituição, das 9:00 às 17:00 horas (horário de expediente), nos 8 dias que antecedem a Assembleia.



---

## **RELATÓRIO DA DIREÇÃO**

Estimados Associados,

Submete-se à apreciação de V. Exas. o Relatório e Contas do Exercício de 2016, assim como o Parecer do Conselho Fiscal, nos termos dos Estatutos em vigor.

Em 2016, último ano do mandato correspondente ao triénio 2014-2016, a Direção eleita da Lutuosa centrou a sua atenção na resolução de algumas questões que considerava de particular relevância para poder alterar a dinâmica da Associação.

Os grandes objetivos traçados foram - fruto do grande esforço desenvolvido - todos cumpridos. Vejamos:

### **I - PONTO PRÉVIO - RESOLUÇÃO DE QUESTÕES JURÍDICAS PENDENTES:**

Foi possível - já na fase final do ano de 2016 - encontrar uma solução definitiva para uma das situações que, do ponto de vista financeiro, mais condicionou o desenvolvimento da atividade da Associação: a subscrição, por alguns membros da Direção anterior, de obrigações subordinadas "SLN - Rendimento Mais 2004" (€ 150.000,00) e obrigações subordinadas "SLN - Rendimento Mais 2006" (€ 700.000,00), cujo capital não foi reembolsado nas respetivas datas de vencimento.

Como é consabido, a entidade emissora das referidas obrigações, "Sociedade Lusa de Negócios" (agora GALILEI - SGPS, S.A.), entrou em Processo Especial de Revitalização, e, posteriormente, em processo de insolvência. Nesse processo, foi decidida (pela maioria dos credores) a liquidação do ativo da devedora, ou seja, a venda dos bens para pagamento aos credores, de acordo com a graduação dos créditos que vier a ser estabelecida. No caso do crédito da Lutuosa, este seria sempre ali graduado em último lugar (atenta a natureza subordinada do mesmo, que foi imprudentemente contratualizada), pelo que era nula a



probabilidade de, no âmbito do referido processo, receber algum valor por conta do seu crédito.

Todavia, a Direção decidiu, num último esforço para recuperar aquela exorbitante soma (ou parte dela), avançar com uma ação judicial contra o Banco BIC (adquirente do BPN), no sentido de tentar responsabilizar a referida entidade por uma conduta imprópria aquando da venda das obrigações em apreço. Foi alegado, em suma, que o BPN (agora BIC) se havia também apresentado como garante do pagamento do capital investido, e, bem assim, que foi omitido e distorcido o processo informativo quanto à liquidez do capital, vencimento de retribuição e prazos de reembolso

Conseguiu-se transigir (chegar a acordo) no processo vindo de aludir, sendo que o Banco BIC já pagou à Lutuosa 80% do capital investido (cerca de € 680.000,00). O referido acordo foi unanimemente aprovado pela Direção, tendo em conta: **a)** o risco de prosseguir com o processo (e nada receber); **b)** algumas fragilidades que a ação tinha, atentas as competências profissionais de certos membros da Direção anterior que subscreveram as referidas obrigações; **c)** o facto de, por outra via (nomeadamente no âmbito do processo de insolvência), ser impossível recuperar qualquer montante.

Além da solução encontrada para a questão das obrigações subordinadas SLN, foi ainda possível, já também na fase final do ano, tomar a posse efetiva do locado sito no rés-do-chão da Avenida dos Aliados, n.º 164 (no Porto), o qual era objeto de um diferendo judicial já antigo com a arrendatária “Carvalho & Lucas, Lda.”.

A resolução das duas situações vindas de aludir vai disponibilizar à Lutuosa (e, conseqüentemente, aos seus Associados) as verbas e os meios logísticos necessários para apostar na humanização da Associação.

Ademais, foi finalizado *com sucesso* o processo judicial que opunha a Lutuosa à Sra. Maria da Conceição Ferreira dos Santos (ex-inquilina), nomeadamente com a recuperação de cerca de € 11.000,00 que esta devia à Instituição.



---

## **II - ASSOCIADOS:**

No que concerne à admissão de novos Associados e às medidas adotadas para garantir o crescimento do respetivo número (como é desejável), importa dar nota do seguinte:

- Foram admitidos 276 Associados em 2016, o que, embora possa parecer um número reduzido, implicou um aumento do número global de Associados da Lutuosa, em contraciclo com o que vem sucedendo com a maior parte das demais Associações Mutualistas.
- Foi reativado o incentivo fixo a pagar aos cobradores pela angariação de Associados, em determinada modalidade, sendo por isso expectável que, a curto prazo, tal se traduza num crescimento significativo de aderentes.

## **III - APLICAÇÕES FINANCEIRAS:**

Procurou-se, em paralelo com a busca das melhores taxas de juros do mercado para depósitos a prazo, garantir também uma diversificação das Instituições Financeiras com as quais a Lutuosa trabalha, de forma a evitar uma excessiva exposição da Associação a apenas um Banco - nomeadamente tendo em conta a instabilidade do sistema financeiro (que ainda merece particular atenção).

Com a abertura de novas contas em determinadas entidades bancárias, são já 10 aquelas com as quais a Lutuosa mantém um relacionamento comercial.

## **IV - IMÓVEIS:**

Sendo um dos ativos mais importantes da Associação, o parque imobiliário mereceu uma grande dedicação, e, por isso, foi alvo de inúmeras obras de manutenção e conservação (para impedir a respetiva degradação e proporcionar aos nossos inquilinos as melhores condições de habitabilidade) com um custo que ascendeu a cerca de € 90.000,00.



Embora o investimento supra relatado se mostre significativo, importa ter em conta que, não obstante a Lutuosa praticar rendas inferiores aos valores normais de mercado, a rentabilidade média dos imóveis da Instituição em 2016 foi de 4,1%. Ora, só será possível manter uma rentabilidade tão apreciável se ao dito ativo for dada a atenção devida e merecida.

Relativamente ao desenvolvimento do projeto das “Residências Académicas Mutualistas”, o mesmo deu em 2016 passos firmes no sentido de, no novo mandato, vir a ser efetivamente concretizado. Os projetos de especialidades deram já entrada, estando a aguardar apenas a respetiva aprovação.

Merece ainda destaque o facto de, pela primeira vez, terem sido encetadas diligências conducentes à elaboração e aplicação de *medidas de autoproteção*, preconizadas na legislação em vigor, nos imóveis da Instituição.

#### **V – CULTURA E EVENTOS:**

Conforme já vinha sendo hábito em anos anteriores, a Lutuosa continuou a disponibilizar (em 2016) um espaço aos seus Associados, sem custos, para a realização de eventos. Acresce que, no âmbito da sua atividade e de forma a promover atividades culturais e de lazer que possam servir os seus Associados, a Lutuosa disponibilizou, a título gratuito, um espaço no qual a Associação Porta Jazz vem levando a cabo os seus ensaios e realizado alguns concertos – o que, de resto, vem merecendo destaque nas páginas do “Porto Lazer” nas redes sociais.

#### **VI – ÓTICA MUTUALISTA:**

Com o passar dos anos, a “Ótica Mutualista” vem melhorando o seu desempenho e relevando, aos poucos, ser um projeto sustentável que, além de disponibilizar aos seus Associados melhores condições na aquisição de material ótico, consegue também gerar resultados positivos e disponibilizar verbas para a concretização de outros objetivos.



---

Na linha do que se acaba de referir, o ano de 2016 foi particularmente positivo, consubstanciado a maior faturação anual desde a abertura da referida valência, e tendo sido obtido, uma vez mais, um resultado positivo de € 11.387,55 (Onze mil trezentos e oitenta e sete euros cinquenta e cinco cêntimos).

#### **VII - RECURSOS HUMANOS:**

A Lutuosa procedeu à redefinição das categorias profissionais dos seus trabalhadores, tendo ainda feito as diligências necessárias para que, no novo IRCT das Mutualidades, sejam consideradas as categorias dos profissionais da “Ótica Mutualista”. Houve ainda uma forte aposta na formação contínua dos trabalhadores, a qual se revela essencial ao desenvolvimento profissional dos mesmos – essencial também para garantir o sucesso dos projetos futuros da Associação.

#### **VIII - VERTENTE SOCIAL:**

Além de continuar a praticar, nos seus imóveis, rendas muito abaixo da média do mercado (também com o objetivo de ajudar os respetivos arrendatários), foi ainda lançado um programa de apoio – devidamente regulamentado – para acorrer a situações de comprovada carência económica de Associados.

#### **IX - VERTENTE INSTITUCIONAL:**

Foram assinados vários protocolos de colaboração com a União das Mutualidades Portuguesas, os quais vão permitir um estreitamento das relações entre esta e a Lutuosa.

A Instituição fez ainda questão de marcar presença na generalidade das celebrações – para as quais foi convidada – de outras entidades Mutualistas, mais tendo participado de forma ativa no *Encontro Nacional de Dirigentes Mutualistas*.

Importa ainda destacar que, no ano de 2016, a Lutuosa recebeu na sua sede, com grande orgulho, a *Chama Mutualista*.





---

**X - INFORMÁTICA:**

Foi adquirido um importante *software* que permite salvaguardar os conteúdos informáticos da Associação. Dessa forma, fica assegurado que, na eventualidade de ocorrer algum evento que afete os servidores da Lutuosa, toda a informação essencial ao desenvolvimento da sua atividade poderá ser rapidamente recuperada.

**XI - AGRADECIMENTOS:**

A todos Associados que nos prestaram a sua colaboração e contribuíram para facilitar o desempenho de mais um ano do nosso mandato, à Mesa da Assembleia Geral, ao Conselho Fiscal, ao Representante da Lutuosa na Direção da Liga das Associações de Socorro Mutuo do Porto, à União das Mutualidades Portuguesas (UMP) e à Direção Geral dos Regimes de Segurança Social, aqui fica expresso o nosso profundo agradecimento.

De forma igualmente sentida, cumpre-nos agradecer e deixar uma palavra de louvor a todos os Prestadores de Serviços, bem como aos Cobradores e Trabalhadores da Associação, pela dedicação e competência demonstrada, no desempenho das suas funções.

A todos, aqui fica vincado o nosso mais sincero reconhecimento.

**XII - RESULTADOS:**

Por fim, importa realçar os resultados obtidos, que, não fosse a necessidade de considerar contabilisticamente as perdas de cerca de € 212.000,00 (capital e honorários) inerentes à questão das obrigações subordinadas SLN (que remonta, inclusivamente, a data anterior ao início do mandato correspondente ao triénio 2014-2016), a Lutuosa teria um resultado positivo em 2016 superior a € 27.000,00.



---

Assim, a Direção d' A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista, propõe aos Exmos. Associados, que o Fundo Disponível / Resultado Líquido do Exercício de 2016, negativo no montante de € 184.397,04, seja aplicado da seguinte forma:

- O Resultado Líquido da Atividade Óptica, no valor de € 11.387,55 aplicado em Resultados Transitados; e
- O Fundo Disponível das Modalidades, no valor negativo de € 195.784,59 aplicado em conformidade com o disposto nos artigos 32º e 33º dos Estatutos da Associação.

Porto, 7 de Março de 2017

**A Direção**

António Manuel Amaro (Dr.)

Marco António Oliveira Narciso (Dr.)

Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)

Natália Maria Silva Carneiro

Filipe Miguel Ferreira Martins

**BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016**

	Notas	31-Dez-16	31-Dez-15
<b><u>ACTIVO</u></b>			
<b>ACTIVO NÃO CORRENTE</b>			
Activos fixos tangíveis	4	6.036.551,15	6.158.429,15
Investimentos financeiros	11.1	692.003,23	861.721,01
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	16.401,27	-
Sub-total		<u>6.744.955,65</u>	<u>7.020.150,16</u>
<b>ACTIVO CORRENTE</b>			
Inventários	5	70.129,04	50.359,47
Créditos a receber	11.3	84.163,23	71.317,68
Estado e outros entes públicos	11.7	2.045,40	5.449,12
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	29.477,51	11.299,18
Outros ativos correntes	11.8	25.459,77	49.060,17
Diferimentos	11.4	8.222,89	13.795,06
Caixa e depósitos bancários	11.5	1.336.732,23	1.212.474,54
Sub-total		<u>1.556.230,07</u>	<u>1.413.755,22</u>
<b>Total do Activo</b>		<u><u>8.301.185,72</u></u>	<u><u>8.433.905,38</u></u>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS</b>			
Fundos			
Fundos Permanentes	11.10	2.396.371,70	
Fundo de Administração	11.10	485.312,14	
Fundo Reserva Geral	11.10	1.590.315,55	
Excedentes técnicos	11.10	119.814,11	1.330.587,40
Reservas	11.10	-	1.635.196,89
Resultados transitados	11.10	(12.260,37)	805.236,49
Excedentes de revalorização	11.10	3.707.629,04	3.778.421,07
Ajustamentos / outras variações nos fundos patrimoniais	11.10	57.694,79	59.907,47
Sub-total		<u>8.344.876,96</u>	<u>7.609.349,32</u>
Fundo Disponível			
Fundo Disponível / Resultado líquido do período		(184.397,04)	32.103,24
<b>Total dos Fundos Patrimoniais</b>		<u><u>8.160.479,92</u></u>	<u><u>7.641.452,56</u></u>
<b>PASSIVO</b>			
<b>PASSIVO NÃO CORRENTE</b>			
Provisões específicas	7	-	705.637,04
Sub-total		<u>-</u>	<u>705.637,04</u>
<b>PASSIVO CORRENTE</b>			
Fornecedores	11.6	799,32	2.395,32
Estado e outros entes públicos	11.7	15.152,55	3.852,17
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	11.2	222,36	1.003,30
Outros passivos correntes	11.9	95.634,18	51.866,71
Diferimentos	11.4	28.897,39	27.698,28
Sub-total		<u>140.705,80</u>	<u>86.815,78</u>
<b>Total do Passivo</b>		<u><u>140.705,80</u></u>	<u><u>792.452,82</u></u>
<b>Total dos Fundos Patrimoniais e do Passivo</b>		<u><u>8.301.185,72</u></u>	<u><u>8.433.905,38</u></u>

**A Direção**

António Manuel Amaro (Dr.)  
Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)  
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)  
Natália Maria Silva Carneiro  
Filipe Miguel Ferreira Martins

**O Contabilista Certificado**

Mariana Coelho  
C.C. nº 80.235

**DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

<b>RENDIMENTOS E GASTOS</b>	<b>Notas</b>	<b>Dez-16</b>	<b>Dez-15</b>
Vendas e serviços prestados	6	762.951,71	724.586,58
Custo das mercadorias vendidas	11.11	(175.377,54)	(165.048,48)
Fornecimentos e serviços externos	11.12	(252.044,61)	(203.755,42)
Gastos com o pessoal	9	(146.967,87)	(125.686,07)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	11.3	(286,68)	-
Provisões (aumentos / reduções)	7	-	(36.978,60)
Outras Imparidades (perdas / reversões)	11.1	(170.000,00)	-
Outros rendimentos	6 e 11.14	22.759,60	11.664,06
Outros gastos	11.13	(73.186,10)	(45.962,79)
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>(32.151,49)</b>	<b>158.819,28</b>
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	4	(161.574,23)	(158.809,55)
Imparidade de investimentos depreciables / amortizáveis (perdas / reversões)		-	-
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>(193.725,72)</b>	<b>9,73</b>
			-
Juros e rendimentos similares obtidos	6 e 11.15	15.158,88	35.532,11
Juros e gastos similares suportados	11.15	(4.212,35)	(3.438,60)
<b>Resultado antes de impostos</b>		<b>(182.779,19)</b>	<b>32.103,24</b>
Imposto sobre o rendimento do período	8	(1.617,85)	-
<b>Fundo Disponível / Resultado líquido do período</b>		<b>(184.397,04)</b>	<b>32.103,24</b>

**A Direção**

António Manuel Amaro (Dr.)  
Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)  
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)  
Natália Maria Silva Carneiro  
Filipe Miguel Ferreira Martins

**O Contabilista Certificado**

Mariana Coelho  
C.C. nº 80.235


**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DAS MODALIDADES  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	20%	1%	12%	16%	0%	7%	4%	40%		
		Modalidades							Fundo de Administração	Dez-16	Dez-15
		Sub. Morte Planos Const.	Sub. Morte Planos Cresc.	Sub. Prazo Planos Const.	Sub. Prazo Planos Cresc.	Sub. Prazo Pagto. Ant.	Capital Popular	Idade Sénior			
<b>Vendas e serviços prestados</b>											
Quotizações		28.792,90	641,66	18.460,92	19.570,80	249,84	5.847,70	4.005,20	15.571,91	93.140,93	83.604,57
Jóias		454,00	-	19,00	1,50	-	30,00	196,10	-	700,60	420,00
Rendas de Imóveis		66.728,60	3.336,43	40.037,16	53.382,88	-	23.355,01	13.345,72	133.457,19	333.642,98	328.782,49
Prestações de serviços clínicos		428,00	21,40	256,80	342,40	-	149,80	85,60	856,00	2.140,00	1.900,00
<b>Resultado Bruto</b>		<b>96.403,50</b>	<b>3.999,49</b>	<b>58.773,88</b>	<b>73.297,58</b>	<b>249,84</b>	<b>29.382,51</b>	<b>17.632,62</b>	<b>149.885,10</b>	<b>429.624,51</b>	<b>414.707,06</b>
<b>Outros Rendimentos</b>		2.034,89	101,74	1.220,93	1.627,91	-	712,21	406,98	4.069,78	10.174,44	11.664,06
<b>Gastos Distribuição</b>				64.418							
<b>Gastos administrativos</b>		<b>(54.194,38)</b>	<b>(1.712,78)</b>	<b>(32.516,63)</b>	<b>(43.355,51)</b>	-	<b>(14.980,28)</b>	<b>(6.851,12)</b>	<b>(117.361,21)</b>	<b>(270.971,91)</b>	<b>(329.441,49)</b>
Fornecimentos e serviços externos		(39.877,54)	(996,94)	(23.926,52)	(31.902,03)	-	(9.969,38)	(3.987,75)	(88.727,52)	(199.387,69)	(203.755,42)
Gastos com o pessoal		(14.316,84)	(715,84)	(8.590,11)	(11.453,48)	-	(5.010,90)	(2.863,37)	(28.633,69)	(71.584,22)	(125.686,07)
<b>Gastos de investigação e desenvolvimento</b>											
<b>Outros gastos</b>		<b>(41.693,85)</b>	<b>(2.084,69)</b>	<b>(25.016,31)</b>	<b>(33.355,08)</b>		<b>(14.592,85)</b>	<b>(8.338,77)</b>	<b>(253.387,69)</b>	<b>(378.469,23)</b>	<b>(241.750,94)</b>
Provisões (Aumentos)		-	-	-	-	-	-	-	-	-	(36.978,60)
Imparidade de dívidas a receber		(57,34)	(2,87)	(34,40)	(45,87)	-	(20,07)	(11,47)	(114,67)	(286,68)	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)		-	-	-	-	-	-	-	(170.000,00)	(170.000,00)	-
Outros gastos		(13.680,06)	(684,00)	(8.208,04)	(10.944,05)	-	(4.788,02)	(2.736,01)	(27.360,13)	(68.400,32)	(45.962,79)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(27.956,45)	(1.397,82)	(16.773,87)	(22.365,16)	-	(9.784,76)	(5.591,29)	(55.912,89)	(139.782,23)	(158.809,55)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>2.550,16</b>	<b>303,76</b>	<b>2.461,87</b>	<b>(1.785,10)</b>	<b>249,84</b>	<b>521,59</b>	<b>2.849,70</b>	<b>(216.794,02)</b>	<b>(209.642,19)</b>	<b>(144.821,31)</b>
Gastos de Financiamento (Líquidos)		2.771,52	138,58	1.662,91	2.217,22	-	970,03	554,30	5.543,04	13.857,60	32.093,51
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<b>5.321,68</b>	<b>442,34</b>	<b>4.124,79</b>	<b>432,12</b>	<b>249,84</b>	<b>1.491,63</b>	<b>3.404,01</b>	<b>(211.250,98)</b>	<b>(195.784,59)</b>	<b>(112.727,80)</b>
Imposto sobre o rendimento do período		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Fundo Disponível</b>		<b>5.321,68</b>	<b>442,34</b>	<b>4.124,79</b>	<b>432,12</b>	<b>249,84</b>	<b>1.491,63</b>	<b>3.404,01</b>	<b>(211.250,98)</b>	<b>(195.784,59)</b>	<b>(112.727,80)</b>



**DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES DA ATIVIDADE ÓPTICA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas			
		Óptica Mutualista	Dez-16	Dez-15
<b>Vendas e serviços prestados</b>				
Vendas		333.327,20	333.327,20	309.879,52
<b>Custo mercadorias vendidas</b>		(175.377,54)	(175.377,54)	(165.048,48)
<b>Resultado Bruto</b>		<u>157.949,66</u>	<u>157.949,66</u>	<u>144.831,04</u>
<b>Outros Rendimentos</b>		<b>12.585,16</b>	<b>12.585,16</b>	<b>64.417,94</b>
<b>Gastos Distribuição</b>				
<b>Gastos administrativos</b>		<b>(128.040,57)</b>	<b>(128.040,57)</b>	<b>(108.701,16)</b>
Fornecimentos e serviços externos		(52.656,92)	(52.656,92)	(49.438,93)
Gastos com o pessoal		(75.383,65)	(75.383,65)	(59.262,23)
<b>Gastos de investigação e desenvolvimento</b>				
<b>Outros gastos</b>		<b>(26.577,78)</b>	<b>(26.577,78)</b>	<b>(21.763,49)</b>
Provisões (Aumentos)		-	-	-
Outras Imparidades (perdas / reversões)		-	-	-
Outros gastos		(4.785,78)	(4.785,78)	(253,52)
Gastos / reversões de depreciação e de amortização		(21.792,00)	(21.792,00)	(21.509,97)
<b>Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<u>15.916,47</u>	<u>15.916,47</u>	<u>78.784,33</u>
Gastos de Financiamento (Líquidos)		(2.911,07)	(2.911,07)	(2.365,76)
<b>Resultado Antes de Impostos</b>		<u>13.005,40</u>	<u>13.005,40</u>	<u>76.418,57</u>
Imposto sobre o rendimento do período		(1.617,85)	(1.617,85)	-
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>		<u>11.387,55</u>	<u>11.387,55</u>	<u>76.418,57</u>

**A Direção**

António Manuel Amaro (Dr.)  
Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)  
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)  
Natália Maria Silva Carneiro  
Filipe Miguel Ferreira Martins

**O Contabilista Certificado**

Mariana Coelho  
C.C. nº 80.235

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

	31-Dez-16	31-Dez-15
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS:</b>		
Recebimentos de clientes e utentes	750.538,49	724.586,58
Pagamentos de subsídios	(33.237,80)	(44.666,26)
Pagamentos a fornecedores	(479.365,98)	(408.577,02)
Pagamentos ao pessoal	(146.967,87)	(124.476,85)
<b>Caixa gerada pelas operações</b>	<b>90.966,84</b>	<b>146.866,45</b>
Pagamento / recebimentos do imposto sobre o rendimentos	(1.198,17)	
Outros recebimentos / pagamentos	64.417,94	49.998,18
<b>Fluxos das actividades operacionais [1]</b>	<b>154.186,61</b>	<b>196.864,63</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO:</b>		
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Activos fixos tangíveis	(40.593,23)	(79.327,20)
Investimentos financeiros	(282,22)	(228,45)
Outros activos	-	-
	(40.875,45)	(79.555,65)
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Juros e rendimentos similares	15.158,88	35.532,11
Outros activos	-	-
	15.158,88	35.532,11
<b>Fluxos das actividades de investimento [2]</b>	<b>(25.716,57)</b>	<b>(44.023,54)</b>
Fundo Disponível		
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO:</b>		
<b>Recebimentos provenientes de:</b>		
Financiamentos obtidos		
Realização de fundos		
Cobertura de prejuízos	-	-
Doações	-	-
Outras operações de financiamento	-	-
	-	-
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>		
Financiamentos obtidos	-	-
Juros e gastos similares	-	-
Redução de fundos	-	-
Outras operações de financiamento	(4.212,35)	(3.438,60)
	(4.212,35)	(3.438,60)
<b>Fluxos das actividades de financiamento [3]</b>	<b>(4.212,35)</b>	<b>(3.438,60)</b>
<b>Varição de caixa e seus equivalentes [4]=[1]+[2]+[3]</b>	<b>124.257,69</b>	<b>149.402,49</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		
<b>Caixa e seus equivalentes no início do exercício</b>	<b>1.212.474,54</b>	<b>1.063.072,05</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do exercício</b>	<b>1.336.732,23</b>	<b>1.212.474,54</b>

**A Direção**

António Manuel Amaro (Dr.)  
Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)  
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)  
Natália Maria Silva Carneiro  
Filipe Miguel Ferreira Martins

**O Contabilista Certificado**

Mariana Coelho  
C.C. nº 80.235



## **ANEXO**

### **1. IDENTIFICAÇÃO DA INSTITUIÇÃO**

---

A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista, fundada em 1 de julho de 1927, com sede na Avenida dos Aliados, nº. 168, no Porto, é uma Instituição Particular de Solidariedade Social, NIPC 500 835 195, que se encontra registada na Direção Geral da Solidariedade Social, sob o número 30/81, regendo-se pelos diplomas legais aplicáveis, pelos seus Estatutos e pelo Regulamento de Benefícios em vigor.

A Lutuosa de Portugal é uma Associação Mutualista, com número ilimitado de Associados, capital indeterminado e duração indefinida, que através da quotização dos seus Associados, pratica em benefício destes, seu agregado familiar e seus beneficiários, modalidades de auxílio, nos termos legalmente permitidos, podendo estender a sua atuação a todo o território nacional.

### **2. REFERENCIAL CONTABILISTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

---

As Demonstrações Financeiras da Lutuosa de Portugal – A.M. foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo (SNC-ESNL) composto por:

- Base para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) - Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos acima mencionados.

Foi também efetuada uma reclassificação meramente qualitativa nos Fundos Patrimoniais, tal como descrita nas notas 7 e 11.10.





### **3. POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS CONTABILÍSTICAS E ERROS**

---

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Lutuosa de Portugal na elaboração das Demonstrações financeiras anexas foram as seguintes:

#### **3.1. Bases de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF,) aprovadas pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, com as alterações introduzidas pelo Decreto de Lei n.º 98/2015.

##### **3.1.1 Continuidade**

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a Lutuosa de Portugal continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

##### **3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)**

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas “Outras contas a receber e a pagar” ou “Diferimentos”.

##### **3.1.3 Consistência de Apresentação**

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante.

##### **3.1.4 Materialidade e Agregação**

Cada classe material de itens dissemelhantes é apresentada separadamente nas Demonstrações Financeiras. As Demonstrações Financeiras resultam do processamento de grandes números de transações ou outros acontecimentos que são agregados em classes de acordo com a sua natureza ou função.

##### **3.1.5 Compensação**

Devido à importância dos ativos e passivos, assim como os rendimentos e gastos, serem relatados separadamente, estes não foram compensados.

##### **3.1.6 Informação Comparativa**

Os conteúdos das Demonstrações Financeiras são comparáveis com os do exercício anterior.



## **3.2. Outras Políticas Contabilísticas**

### **3.2.1. Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, o qual inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida, deduzido de amortizações acumuladas e perdas por imparidade acumuladas.

As despesas subsequentes que a Associação tem com a manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de permitir atividades presentes e futuras adicionais.

As amortizações foram calculadas, após o momento em que o bem se encontra em condições de ser utilizado, pelo método das quotas constantes, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

<b>Ativos fixos tangíveis</b>	<b>Vida útil estimada (anos)</b>
Edifícios e outras construções	20 a 50
Equipamento básico	4 a 10
Equipamento administrativo	4 a 10
Outros activos tangíveis	4 a 10

Os terrenos e recursos naturais, adquiridos após 31/12/2008, estão escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos depreciações e quaisquer perdas por imparidade acumuladas subsequentes, determinado com base em avaliações efetuadas por peritos profissionalmente qualificados e independentes. As revalorizações são feitas com a regularidade suficiente que permita assegurar a inexistência de uma diferença materialmente relevante entre a quantia escriturada e o respetivo justo valor à data de balanço.

As Propriedade de Investimento foram aqui registadas em cumprimento com a NCRF-ESNL, conforme Aviso nº 8259/2015, de 29 de Julho.

### **3.2.2. Bens do património histórico e cultural**

Não existem “Bens do património histórico e cultural” registados.

### **3.2.3. Ativos Intangíveis**

Não existem “Ativos Intangíveis” registados



#### **3.2.4. Investimentos Financeiros**

Encontram-se registados em “Investimentos Financeiros” a participação da Lutuosa de Portugal no Capital Social da Liga das Associações Mutualistas do Porto, no montante de € 1.246,99. Igualmente, encontram-se registadas Participações de Capital na Lusitânia – Companhia de Seguros, no montante de € 10.213,75, Obrigações SLN, no montante de € 850.000,00 e Investimentos no Fundo de Compensação do Trabalho, no montante de € 542,49. Foi feito o reconhecimento de uma imparidade no montante de € 170.000,00, para as Obrigações SLN.

#### **3.2.5. Inventários**

O “Inventário” está registado ao custo de aquisição.

#### **3.2.6. Instrumentos Financeiros**

##### Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” inclui o montante disponível em 31/12/2016, em caixa e depósitos bancários à ordem e a prazo que podem ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

##### Créditos a receber

Os “Créditos a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço de eventuais Perdas por Imparidade, reconhecidas na rubrica “Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)” para assim retratar o valor realizável líquido.

##### Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de Associados que se encontram com saldo no final do período estão registadas no ativo pela quantia realizável.

##### Fornecedores, Empréstimos e Outras Contas a Pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores”, “Empréstimos” e “Outras Contas a Pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

#### **3.2.7. Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos Patrimoniais” é constituída pelos Fundos Permanentes das modalidades de benefícios que implicam a existência de reservas matemáticas, pelo Fundo de Reserva Geral, pelo Fundo de Administração, pelos Excedentes Técnicos das modalidades de benefícios cuja Assembleia Geral deliberou, em tempo, a atribuição de melhorias, pelos Resultados Transitados relativos aos resultados líquidos negativos do estabelecimento/atividade “Óptica Mutualista”, pelos Excedentes de Revalorização e por Outras Variações nos Fundos Patrimoniais.

Os Fundos Patrimoniais encontram-se constituídos em conformidade com as disposições legais e estatutárias aplicáveis.

#### **3.2.8. Estado e Outros Entes Públicos**

Estão registadas as contribuições obrigatórias a pagar à segurança social e as retenções na fonte de IRS a entregar ao Estado, em janeiro de 2017, em razão do processamento de salários e do pagamento de honorários sujeitos a retenção na fonte referentes ao mês de dezembro de 2016.

#### **3.2.9. Financiamentos Obtidos**

Não existem “Empréstimos Obtidos” registados.



### 3.3. Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras estão elaboradas pressupondo a continuidade da Associação.

### 3.4. Principais fontes de incertezas das estimativas

A presente nota faz referência aos principais pressupostos em relação ao futuro adotados na elaboração das demonstrações financeiras anexas, que possam implicar um risco significativo de ajustamentos materiais à valorização de ativos e passivos do próximo período financeiro.

Não foram tidos na elaboração das presentes demonstrações financeiras outros pressupostos que não o da continuidade, não estando assim identificadas fontes de incerteza com um impacto significativo nos ativos e passivos escriturados.

### 3.5. Adoção na NCRF-ESNL, revista em 2015

Em 2016, a Associação procedeu à reclassificação contabilística do montante relevado em Propriedades de Investimento à data de 31.12.2015, cujo valor ascendia a € 5.275.615,06, dando cumprimento ao disposto nos normativos mencionados na nota 2.

## 4. ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2016 e de 2015, mostrando as adições, as revalorizações, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

	2016				
	Saldo em 01-Jan-16	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-16
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos e recursos	197.500,00			1.517.966,31	1.715.466,31
Edifícios e outras construções	609.228,00	32.244,50		4.477.261,29	5.118.733,79
Equipamento básico	165.257,71				165.257,71
Equipamento administrativo	121.411,00	3.900,73			125.311,73
Outros activos fixos	212.298,69	3.551,00		1.250.969,61	1.466.819,30
<b>Total</b>	<b>1.305.695,40</b>	<b>39.696,23</b>	<b>-</b>	<b>7.246.197,21</b>	<b>8.591.588,84</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Terrenos e recursos	-				-
Edifícios e outras construções	285.462,68	5.925,00		1.633.861,96	1.925.249,64
Equipamento básico	113.288,43	11.792,24			125.080,67
Equipamento administrativo	90.467,52	11.717,18			102.184,70
Outros activos fixos	53.107,54	12.694,95		336.720,19	402.522,68
<b>Total</b>	<b>542.326,17</b>	<b>42.129,37</b>	<b>-</b>	<b>1.970.582,15</b>	<b>2.555.037,69</b>
	<b>763.369,23</b>				<b>6.036.551,15</b>



<b>2015</b>					
	Saldo em 01-Jan-15	Aquisições	Abates	Transferências	Saldo em 31-Dez-15
<b>Ativos fixos tangíveis</b>					
Terrenos e recursos	197 500,00				197 500,00
Edifícios e outras construções	592 500,00	16 728,00			609 228,00
Equipamento básico	149 746,80	15 510,91			165 257,71
Equipamento administrativo	105 709,58	15 701,42			121 411,00
Outros activos fixos	212 298,69				212 298,69
<b>Ativos fixos tangíveis em curso</b>					
Edifício Social	4 182,00			(4 182,00)	-
<b>Total</b>	<b>1 261 937,07</b>	<b>47 940,33</b>	-	<b>(4 182,00)</b>	<b>1 305 695,40</b>
<b>Depreciações Acumuladas</b>					
Terrenos e recursos					-
Edifícios e outras construções	279 537,68	5 925,00			285 462,68
Equipamento básico	102 950,35	10 338,08			113 288,43
Equipamento administrativo	77 464,59	13 002,93			90 467,52
Outros activos fixos	40 895,74	12 211,80			53 107,54
<b>Total</b>	<b>500 848,36</b>	<b>41 477,81</b>	-	-	<b>542 326,17</b>
					<b>763 369,23</b>

	<b>31-12-2016</b>		
	Custo histórico (a)	Excedente de revalorização (a) e (b)	Custo revalorizado (b)
Aliados, 168 - Terreno	1.233,86	196.266,14	197.500,00
Aliados, 168 - Edifício	19.908,31	281.204,01	301.112,32
Aliados, 168 - Obras	88.797,91	0,00	88.797,91
Óptica - Obras	57.384,25	0,00	57.384,25
Álvaro Castelões - Terreno	13.146,92	546.103,08	559.250,00
Álvaro Castelões	482.123,25	663.272,20	1.145.395,45
Obras	347.776,26	0,00	347.776,26
Fernão Magalhães - Terreno	11.410,43	427.589,57	439.000,00
Avenida Fernão Magalhães	166.446,03	633.419,41	799.865,44
Obras	425.287,08	0,00	425.287,08
Aliados, 164 - Terreno	2.132,09	146.867,91	149.000,00
Aliados, 164	33.212,53	188.909,73	222.122,26
Obras	15.165,36	0,00	15.165,36
Boavista - Terreno	4.076,90	133.673,11	137.750,00
Boavista	51.425,77	195.650,29	247.076,06
Obras	43.727,41	0,00	43.727,41



Clérigos - Terreno	2.938,04	115.561,96	118.500,00
Clérigos	72.840,61	134.695,45	207.536,06
Obras	15.064,08	0,00	15.064,08
Avintes - Padrão Vermelho - Terreno	43.750,00	4.250,00	48.000,00
Avintes - Padrão Vermelho	119.477,03	-3.146,18	116.330,85
Obras	4.449,96	0,00	4.449,96
Fernandes dos Anjos - Terreno	7.481,97	12.518,03	20.000,00
Fernandes dos Anjos	18.405,63	30.794,35	49.199,98
Obras			
Maia - Terreno	31.668,60	0,00	31.668,60
Maia - edifício	88.117,85	0,00	88.117,85
<b>ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS</b>	<b>2.167.448,14</b>	<b>3.707.629,04</b>	<b>5.875.077,18</b>

- (a) Valor líquido de amortizações acumuladas
- (b) Inclui todas as revalorizações efetuadas, especificamente em 1991 pelo DL n.º 49 e livre realizada em 2009
- (c) As Propriedade de Investimento foram transferidas para Ativos fixos tangíveis conforme Aviso nº 8259/2015, de 24 de Junho.

## 5. INVENTÁRIOS

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Mercadorias	70 129,04	50 359,47

## 6. RÉDITO

A Instituição reconhece os réditos de acordo com os seguintes critérios:

**Vendas e Serviços Prestados** – Esta rubrica diz respeito às vendas da Óptica, a Joias e Quotizações de Associados, Rendas de Imóveis e Receitas com a Prestação de Serviços Clínicos.

**Outros Rendimentos e ganhos** – Esta rubrica engloba participações de inquilinos em obras, descontos de pronto pagamentos obtidos, reembolsos de sinistros, outras correções de exercícios anteriores.

**Juros e rendimentos similares** – reconhecidos utilizando o método do juro efetivo.



O “Rédito” reconhecido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Vendas e Prestações de Serviços	762 951,71	724 586,58
Outros Rendimentos e ganhos	22 759,60	11 664,06
Juros e rendimentos similares	15 158,88	35 532,11
	<u>800 870,19</u>	<u>771 782,75</u>

## 7. PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Nos termos previstos no n.º 1 do artigo 51.º do Código das Associações Mutualistas (CAM), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 72/90, de 3 de março, as Associações Mutualistas devem organizar um Balanço Técnico com vista a apurar o montante das suas responsabilidades futuras para com os Associados.

Deste modo, sempre que uma Mutualidade prossiga modalidades de benefícios que, designadamente, impliquem a atribuição/pagamento futuro de benefícios pecuniários (vg. subsídios por morte, capitais a prazo, etc.), está a mesma obrigada a, periodicamente, calcular o valor atuarial dessas suas responsabilidades.

**O valor atuarial das responsabilidades futuras** assumidas pela Associação perante os seus Associados em determinada modalidade de benefícios **é designado por Reserva Matemática.**

Nos termos previstos no artigo 46.º do CAM, em relação a cada modalidade de benefícios que implique a existência de reservas matemáticas, deve ser constituído um **Fundo Permanente destinado a garantir a Reserva Matemática dessa modalidade.** Este Fundo Permanente não deve ser inferior ao valor das reservas matemáticas (artigo 46.º, n.º 1).

Neste mesmo sentido, vai o disposto no artigo 30.º dos Estatutos de A Lutuosa de Portugal – Associação Mutualista.

**Em conclusão, as responsabilidades (futuras) assumidas pela Associação perante os seus Associados, isto é, as Reservas Matemáticas de cada modalidade de benefícios, são reconhecidas, por força do disposto no CAM e nos Estatutos, na conta de Fundos Patrimoniais, concretamente na conta de Fundos Permanentes. (1)**

Por outro lado, nos termos das notas 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL, constante do Aviso n.º 8259/2015, publicado no DR, 2.ª Série, n.º 146 de 29 de julho de 2015, as **Provisões só devem ser reconhecidas**, entre outros, quando a Associação tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultado de um acontecimento passado e seja provável um exfluxo de recursos para liquidar tal obrigação. Nos termos da nota 13.6 um acontecimento passado só conduz a uma obrigação presente quando a entidade não tenha nenhuma alternativa senão liquidar a obrigação por esta criada, caso que só se verifica quando tal liquidação seja, ou possa ser, imposta legalmente.



Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios sejam superiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de excedentes técnicos**. Nos termos do artigo 53.º do CAM (e artigo 35.º e 36.º dos Estatutos), pode tal excesso ser destinado, total ou parcialmente, à melhoria dos benefícios e/ou à redução das quotas.

Quando os Fundos Permanentes de uma modalidade de benefícios forem inferiores ao valor das respetivas Reservas Matemáticas, **verifica-se a ocorrência de deficit técnico**, isto é, verifica-se a impossibilidade de concessão (atual ou futura) dos benefícios previstos aos Associados.

Ora, nos termos do artigo 20.º do CAM, nesta situação, **é obrigatória a alteração do Regulamento de Benefícios** com vista a reestabelecer o necessário equilíbrio técnico-financeiro daquela(s) modalidade(s).

**Em conclusão, os deficits técnicos de uma modalidade de benefícios em caso algum podem ser conhecidos como provisões já que (2):**

- nos termos do artigo 20.º do CAM, a Associação não só não está obrigada legalmente ao cumprimento daquela obrigação como, ao invés, está obrigada a rever o respetivo Regulamento de Benefícios precisamente para que, com a reposição do equilíbrio financeiro, tal deficit seja eliminado. Na prática, trata-se de ajustar os benefícios a atribuir no futuro (e/ou os montantes das quotizações) ao valor disponível nos Fundos Permanentes.
- decorrente da disposição anterior, não se verificam os pressupostos obrigatórios determinados pela NCRF-ESNL (e, de resto, pela NCRF n.º 21), para o reconhecimento dos deficits técnicos como provisões.

Em face das conclusões (1) e (2), **o valor das reservas matemáticas** de modalidades de benefícios, isto é o valor atuarial das responsabilidades futuras assumidas pela Associação perante os seus Associados, **são sempre reconhecidos nos Fundos Patrimoniais**, concretamente nos **Fundos Permanentes** de cada modalidade (artigo 51.º do CAM), não devendo estes fundos serem inferiores aquelas reservas. Em caso de deficit técnico, este não pode ser reconhecido como provisão por incumprimento das condições determinantes da nota 13.4 e 13.6 da NCRF-ESNL.

**Em face do exposto os montantes constantes na conta de provisões específicas foram integralmente transferidos para as correspondentes contas de Fundos Permanentes.**

A título de mera nota de rodapé importa referir que se assim não fosse – isto é se se reconhecesse o valor das reservas matemáticas quer nos fundos permanentes quer nas contas de provisões específicas – estar-se-ia a duplicar a garantia do cumprimento das responsabilidades futuras da Associação, já que as mesmas estariam reconhecidas em duplicado. Caso, por absurdo, isto acontecesse e o montante dos Fundos Permanentes e das provisões específicas fossem, pelo menos, iguais ao valor da reserva matemática, isto significaria que a Associação já tinha garantido, em dobro, o valor das suas responsabilidades futuras e, como tal, ou as quotas ou os benefícios, ou ambos, estavam desajustados em claro prejuízo dos Associados.

Como se constata da Nota 11.10 o valor dos Fundos Permanentes de cada modalidade de benefícios (destinados a garantir as responsabilidades futuras da Associação perante os seus Associados) excede largamente, em todas as modalidades, o montante atuarial das respetivas reservas.





## 8. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

---

O “Imposto sobre o Rendimento” reconhecido em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 é detalhado conforme se segue:

	2016	2015
Imposto sobre o rendimento	1 617,85	0,00

O montante acima diz respeito ao IRC estimado, a pagara pela Associação, relativamente à Atividade da Óptica.

## 9. BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

---

O número médio de funcionários ao serviço da Instituição quer em 2016 quer em 2015 foi de 6 funcionários. Durante o ano de 2016 não houve alteração à titularidade dos Órgãos Sociais da Lutuosa de Portugal. Os titulares dos Órgãos Associativos foram remunerados por senha de presença às reuniões.

Os gastos que a Lutuosa de Portugal incorreu com os Órgãos Sociais e os funcionários foram os seguintes:

	2016	2015
Remunerações aos Órgãos Sociais	12 200,00	12 500,00
Remunerações ao Pessoal	110 480,57	93 430,17
Encargos sobre as remunerações	21 944,57	18 284,68
Outros gastos com Pessoal	2 342,73	1 471,22
	<u>146 967,87</u>	<u>125 686,07</u>

## 10. DIVULGAÇÕES EXIGIDAS POR OUTROS DIPLOMAS LEGAIS

---

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora e perante a Segurança Social tem a sua situação regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

## 11. OUTRAS INFORMAÇÕES

---

De forma a uma melhor compreensão das Demonstrações Financeiras, são divulgadas as seguintes informações.



### 11.1. Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 a Instituição detinha as seguintes “Investimentos Financeiros”:

	2016			
	Saldo inicial	Variação do justo valor	Imparidade	Saldo final
Investimentos em associadas				
Liga das Associações	1246,99			1.246,99
Investimentos noutras empresas				
Lusitânia Companhia de Seguros, S.A.	1.888,75			1.888,75
Lusitânia Vida - Comp. de Seguros, S.A.	8.325,00			8.325,00
Outros investimentos financeiros				
Obrigações SLN 2006	700.000,00		(140.000,00)	560.000,00
Obrigações SLN Rend. Mais 2004	150.000,00		(30.000,00)	120.000,00
FCT	260,27	282,22		542,49
	<u>861.721,01</u>	<u>-</u>	<u>(170.000,00)</u>	<u>692.003,23</u>

Em 2016 foi reconhecida contabilisticamente uma perda por imparidade, no montante de € 170.000,00, de forma a refletir a diferença de valor entre o capital investido (€ 850.000,00) e o valor que o Banco BIC pagou à Associação em Janeiro de 2017 (ver nota 11.17), tal como mencionado no Relatório da Direção.

### 11.2. Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros

A rubrica “Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	2016			2015		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
<b>ATIVO</b>						
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	16.401,27	-	16.401,27			
<b>ATIVO NÃO CORRENTE</b>						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	29.477,51	-	29.477,51	11.299,18	-	11.299,18
	<u>45.878,78</u>	<u>-</u>	<u>45.878,78</u>	<u>11.299,18</u>	<u>-</u>	<u>11.299,18</u>
<b>PASSIVO</b>						
Fundadores / beneméritos / patrocinadores / doadores / associados / membros	222,36		222,36	1.030,30		1.030,30
	<u>222,36</u>	<u>-</u>	<u>222,36</u>	<u>1.030,30</u>	<u>-</u>	<u>1.030,30</u>



### 11.3. Créditos a receber

A rubrica “Créditos a receber” tinha em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição de saldos:

	2016			2015		
	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido	Montante Bruto	Perdas por Imparidade Acumuladas	Montante Líquido
<b>ATIVO</b>						
<b>Créditos a receber</b>						
Clientes e Utentes c/c	24.938,47		24.938,47	15.444,72		15.444,72
Rendas de Imóveis	60.497,24	1.272,48	59.224,76	55.872,96	3.441,80	55.872,96
	<u>85.435,71</u>	<u>1.272,48</u>	<u>84.163,23</u>	<u>71.317,68</u>	<u>3.441,80</u>	<u>71.317,68</u>

### 11.4. Diferimentos

A rubrica “Diferimentos” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	2016		2015	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
<b>ATIVO CORRENTE</b>				
DIFERIMENTOS				
<u>Gastos a reconhecer</u>				
Contratos de Assistência	1 224,63		907,57	
Seguros	4 498,26		8 548,46	
Renda Óptica	2 500,00		2 500,00	
Outros	0,00		1 839,03	
<b>PASSIVO CORRENTE</b>				
DIFERIMENTOS				
<u>Rendimentos a reconhecer</u>				
Rendas antecipadas		28 897,39		27 698,28
	<u>8 222,89</u>	<u>28 897,39</u>	<u>13 795,06</u>	<u>27 698,28</u>

### 11.5. Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e Depósitos Bancários” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	2016	2015
Caixa	1 335,75	1 869,72
Depósitos à ordem	100 396,48	195 604,82
Depósitos a prazo	1 235 000,00	1 015 000,00
	<u>1 336 732,23</u>	<u>1 212 474,54</u>



### 11.6. Fornecedores

A rubrica “Fornecedores” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores c/c	799,32	2.395,32
	<u>799,32</u>	<u>2.395,32</u>

### 11.7. Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica “Estado e Outros Entes Públicos” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	<b>2016</b>		<b>2015</b>	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto sobre o rendimento		1.617,85		0,00
Imposto sobre valor acrescentado		8.986,64	3.403,72	0,00
Restantes impostos	2.045,40	2.075,82	2.045,40	2.210,57
Contribuições para Seg. Social		2.424,24		1.628,70
FCT/FGCT		48,00		12,90
	<u>2.045,40</u>	<u>15.152,55</u>	<u>5.449,12</u>	<u>3.852,17</u>

### 11.8. Outros ativos correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Fornecedores	13 729,11	969,43
Devedores por acréscimos de rendimentos		
Juros a receber	4 633,59	15 353,07
Quotas a receber	0,00	30 803,59
Rappel	4 074,81	979,52
Devedores diversos	3 022,26	954,56
	<u>25 459,77</u>	<u>49 060,17</u>

### 11.9. Outros passivos correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 apresentava os seguintes saldos:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Remunerações a liquidar	20 595,32	15 140,28
Outros credores por acréscimos gastos	41 820,00	0,00
Credores diversos	33 218,86	36 726,39
	<u>95 634,18</u>	<u>51 866,67</u>

### 11.10. Fundos Patrimoniais



Em 2016, foi efetuada uma reclassificação meramente qualitativa tendo em vista agrupar nas correspondentes contas de Fundos Permanentes, Fundo de Reserva Geral e Fundo de Administração as verbas reconhecidas nas contas de provisões específicas (vide Nota 7), de Reservas e de Resultados Transitados e Excedentes Técnicos, adequando o reconhecimento destas verbas ao disposto no Código das Associações Mutualistas e aos Estatutos desta Associação.

	Saldo em 31- 12-2015	Aumentos / Transferências	Diminuições / Transferências	Saldo em 31- 12-2016
<b>Fundos Permanentes</b>	<b>0,00</b>	<b>2.396.371,70</b>	<b>0,00</b>	<b>2.396.371,70</b>
Subsídio Morte - Plano Constante		1.601.254,43		1.601.254,43
Subsídio Morte - Plano Crescente		80.154,20		80.154,20
Subsídio Prazo - Plano Constante		236.289,62		236.289,62
Subsídio Prazo - Plano Crescente		248.959,60		248.959,60
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados		18.123,45		18.123,45
Capital Popular		211.590,40		211.590,40
<b>Fundo Administração</b>		<b>485.312,14</b>		<b>485.312,14</b>
<b>Fundo Reserva Geral</b>		<b>1.590.315,55</b>		<b>1.590.315,55</b>
<b>Excedentes Técnicos</b>	<b>1.330.587,40</b>		<b>1.210.773,29</b>	<b>119.814,11</b>
<b>Reservas</b>	<b>1.635.196,89</b>		<b>1.635.196,89</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Transitados</b>	<b>805.236,49</b>		<b>817.496,86</b>	<b>-12.260,37</b>
<b>Excedentes de Revalorização</b>	<b>3.778.421,07</b>		<b>70.792,03</b>	<b>3.707.629,04</b>
<b>Outras Variações nos Fundos Patrimoniais</b>	<b>59.907,47</b>		<b>2.212,68</b>	<b>57.694,79</b>
<b>Resultado Líquido Exercício</b>	<b>32.103,24</b>		<b>32.103,24</b>	<b>-184.397,04</b>
	<u>7.641.452,56</u>	<u>4.471.999,39</u>	<u>3.768.574,99</u>	<u>8.160.479,92</u>
<b>Provisões Matemáticas</b>	<b>705.637,04</b>		<b>705.637,04</b>	<b>0,00</b>
	<u>8.347.089,60</u>	<u>4.471.999,39</u>	<u>4.474.212,03</u>	<u>8.160.479,92</u>

A Associação solicita anualmente a realização do cálculo das reservas matemáticas para cada uma das modalidades de benefícios às mesmas sujeitas.

Em anexo encontra-se o relatório atuarial à data de 31 de dezembro de 2016, preparado pelo Atuário Dr. Nuno Rodrigues.

O quadro seguinte confronta o montante de reservas matemáticas atuarialmente calculadas para cada modalidade de benefícios e os respetivos Fundos Permanentes.

Como se colhe, os Fundos Permanentes de todas as modalidades de benefícios são superiores ao valor da reserva matemática calculada para cada a 31 de dezembro de 2016.



<b>Modalidades de Benefícios</b>	<b>Fundo Perma- nente</b>	<b>Reserva Mate- mática</b>	<b>Excedente</b>
Subsídio Morte - Plano Constante	1.601.254,43	243.627,17	1.357.627,26
Subsídio Morte - Plano Crescente	80.154,20	8.603,77	71.550,43
Subsídio Prazo - Plano Constante	236.289,62	98.845,63	137.443,99
Subsídio Prazo - Plano Crescente	248.959,60	118.464,18	130.495,42
Subsídio Prazo - Pgtos Antecipados	18.123,45	384,82	17.738,63
Capital Popular	211.590,40	115.662,14	95.928,26
	<b>2.396.371,70</b>	<b>585.587,71</b>	<b>1.810.783,99</b>

Igualmente, verifica-se que o montante constante na rubrica de excedentes técnicos, por cada modalidade de benefícios, é o descrito no relatório atuarial.

Por último, importa referir que todo o ativo está afeto às modalidades de benefícios, evidenciando-se no quadro seguinte o grau de cobertura dos ativos nas reservas matemáticas actuarialmente calculadas e o grau de cobertura do ativo nos fundos permanentes e de reserva geral.

<b>Mapa de Cobertura de Ativos sobre Reservas e Fundos</b>	
Total do Ativo	8.301.185,72
Total do Passivo	140.705,80
Excedente líquido Ativo	8.160.479,92
Reservas atuariais (incluindo melhorias)	705.401,82
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Reservas	1156,86%
Fundos Permanentes + Fundos de Reserva Geral	3.986.687,25
Grau cobertura Excedente líquido Ativo S/Fundos	204,69%

### **11.11 Custos das Vendas**

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica de Custo das Mercadorias Vendidas apresentava os seguintes valores:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Saldo inicial	50 359,47	42 049,10
Compras	195 147,11	173 358,85
Regularizações	0,00	0,00
Saldo final	70 129,04	50 359,47
Custo da Mercadoria Vendida	<b>175 377,54</b>	<b>165 048,48</b>

**11.12. Fornecimentos e Serviços Externos**

A rubrica de “Fornecimentos e serviços externos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Trabalhos especializados	19 268,57	12 759,40
Publicidade e propaganda	2 131,75	2 748,59
Vigilância e segurança	2 053,36	1 373,28
Honorários	63 338,80	68 037,83
Comissões	181,70	790,00
Conservação e reparação	53 489,74	53 139,33
Ferramentas e utensílios desgaste rápido	149,61	437,01
Material de escritório	6 040,53	7 364,51
Outros (consultório)	183,31	199,49
Eletricidade	11 564,37	10 874,50
Água	1 325,76	1 278,62
Deslocações, estadas e transportes	3 725,88	2 525,21
Rendas e alugueres	31 771,20	29 418,80
Comunicação	4 607,80	6 693,88
Seguros	5 116,89	1 171,43
Contencioso e notariado	43 745,67	685,84
Despesas de representação	0,00	1 139,40
Limpeza, higiene e conforto	2 744,13	2 709,35
Outros	605,54	408,95
	<u>252 044,61</u>	<u>203 755,42</u>

**11.13. Outros Gastos**

A rubrica de “Outros Gastos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Impostos	756,34	611,87
Dívidas incobráveis	8.525,74	39,41
Outros	30.347,62	645,25
Custos c/ apoios financeiros concedidos	33.556,40	44.666,26
	<u>73.186,10</u>	<u>45.962,79</u>

**11.14. Outros Rendimentos**

A rubrica de “Outros Rendimentos” nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e em 2015 é detalhada conforme se segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Rendimentos suplementares	375,00	50,00
Descontos obtidos	4 969,57	6 523,46
Recuperação de dívidas a receber	150,72	0,00
Rendimentos e ganhos em invest. ã financeiros	2 586,11	972,26
Outros		
Correções relativas a períodos anteriores	3 055,94	1 630,65
Imputação subsídios para investimento	2 212,68	2 212,68
Outros não especificados	9 409,58	275,01
	<u>22 759,60</u>	<u>11 664,06</u>

**11.15. Juros e Outros Rendimentos e Gastos Similares**

Os juros e outros rendimentos e gastos similares reconhecidos no decurso dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2016 e 2015 são detalhados conforme se segue:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Juros e gastos similares suportados		
Outros gastos e perdas financiamento	<u>4 212,35</u>	<u>3 438,60</u>
	<u>4 212,35</u>	<u>3 438,60</u>
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	<u>15 158,88</u>	<u>35 532,11</u>
	<u>15 158,88</u>	<u>35 532,11</u>





### 11.16. Movimento Associativo em 2016

Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2015		3186
Admitidos em 2016		
Efetivos	213	
Idade sénior	63	276
Readmitidos em 2016	7	7
A Deduzir em 2016		
Reduzidos SA	0	
Falecimentos	16	
Resgatados	3	
Prazos vencidos	13	
Eliminados por desistência	17	49
<b>Sócios existentes em 31 de Dezembro de 2016</b>		<b>3420</b>

### 11.17. Acontecimentos após a data de balanço

Em 10 de Janeiro de 2017, no seguimento do acordo celebrado entre a Associação e o Banco BIC, foi recebido o montante de € 680.000,00, relativo ao reembolso do capital investido em Obrigações SLN.

Para além deste facto, não são conhecidos à data quaisquer outros eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016. Após o encerramento do período, e até à data do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de mudar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de Dezembro de 2016 foram aprovadas pela Direção da A Lutuosa de Portugal, em 08/02/2017.

#### **O Contabilista Certificado**

Mariana Coelho  
C.C. 80.235

#### **A Direção,**

António Manuel Amaro (Dr.)  
Marco António Oliveira Narciso (Dr.)  
Miguel Ângelo Pimentel Castro (Dr.)  
Natália Maria Silva Carneiro  
Filipe Miguel Ferreira Martins



---

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Estimados Associados,

Nos termos da alínea c) do nº 5 do artigo 77º dos Estatutos d' A Lutuosa de Portugal, A.M., o Conselho Fiscal vem apresentar o seu Parecer sobre o Relatório e Contas de 2016, elaborado pela Direção. Assim,

1. Este parecer baseou-se, numa análise atenta e cuidada às demonstrações e aos demais elementos que solicitamos e, também, na informação resultante da auditoria efetuada a todo o exercício de 2016.
2. No exercício de 2016, as Demonstrações Financeiras da Associação foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Sector Não Lucrativo.
3. Na sequência do trabalho que desenvolveu de análise às Demonstrações Financeiras disponibilizadas, o Conselho Fiscal considera que o Relatório e contas de 2016, e em concordância com as ênfases apresentadas no Relatório de Auditoria emitido pelo Revisor Oficial de Contas da Associação:
  - a) Apresenta de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição patrimonial e financeira da Associação em 31 de Dezembro de 2016;
  - b) O resultado líquido apresentado está em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites para as Entidades do Sector Não Lucrativo.

Perante o exposto, somos de PARECER que a Assembleia Geral,

- 1- Aprove o Relatório e Contas apresentadas pela Direção relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016.
- 2- Aprove a proposta da Direção sobre a aplicação do Resultado Líquido apurado.

Porto, 15 de Março de 2017.

**O Conselho Fiscal,**

Flório Alves Martins

Isabel Alexandra Ferreira Grilo (Dra.)

Cátia Georgete Freitas Fonseca

# **A LUTUOSA DE PORTUGAL**

## **RELATÓRIO ATUARIAL**

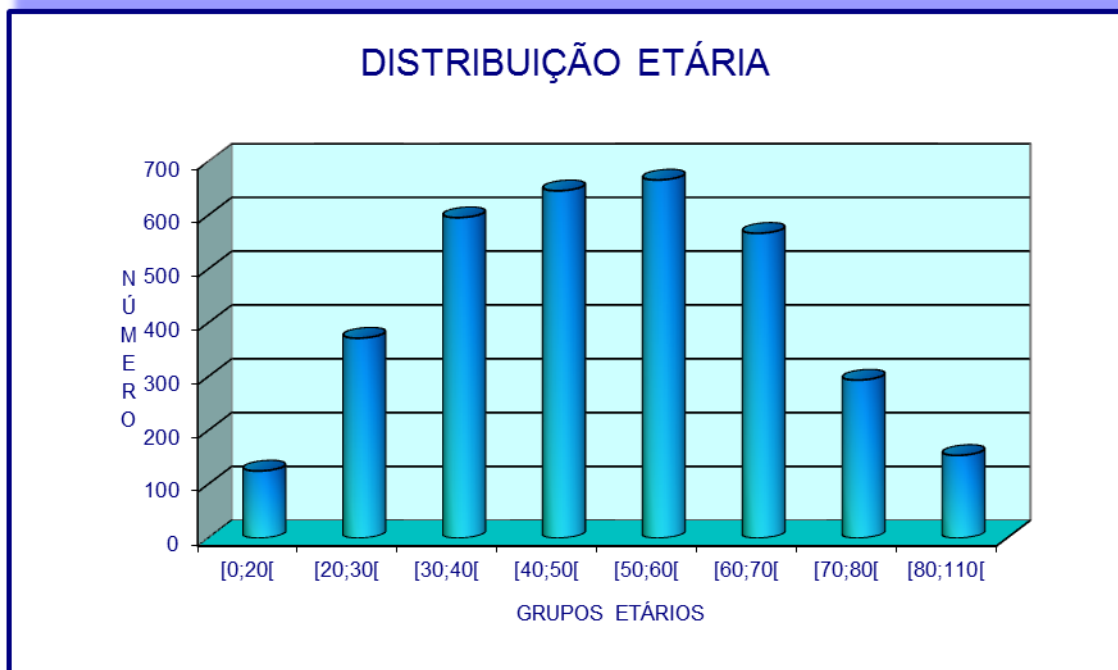
**31 de dezembro de 2016**

Na data de referência deste relatório, **A LUTUOSA DE PORTUGAL** contava com 3.420 associados com a seguinte distribuição etária:

Escalões etários	Nº. de associados
Menos de 20 anos	125
De 20 a 29 anos	372
De 30 a 39 anos	596
De 40 a 49 anos	646
De 50 a 59 anos	666
De 60 a 69 anos	567
De 70 a 79 anos	294
De 80 ou mais anos	154

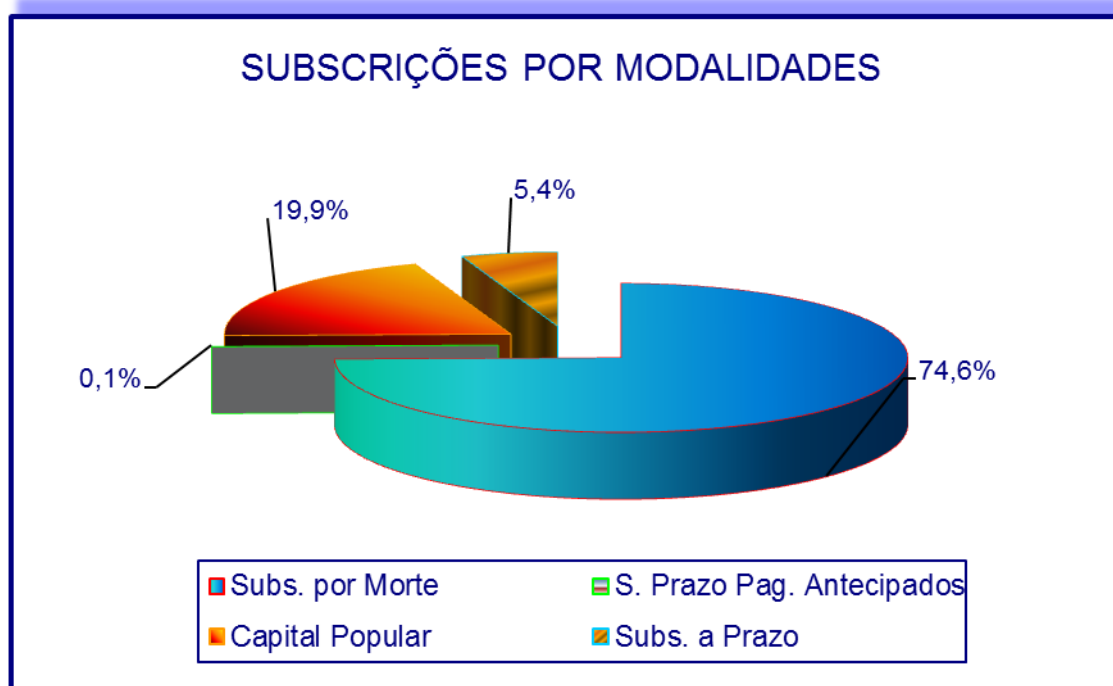
A idade média é mantém-se nos 49 anos. O número de associados com menos de 40 anos passou a 1.093, representando 32% do total.

No gráfico que se segue podemos apreciar a distribuição etária, onde, tal como há um ano, deixou de se notar o peso dos associados mais idosos, aproximando-se agora de uma distribuição normal.



Como tem sido habitual, no restante relatório não se incluem os sócios de Idade Sénior, dado que não lhes corresponde nenhuma modalidade atuarial.

No gráfico seguinte podemos apreciar o peso relativo das subscrições. Continuam a predominar as inscrições em Subsídio por Morte.



Apresentam-se agora os elementos estatísticos considerados mais importantes. Os capitais e as quotas referem-se aos seus valores atuais, estando todas as grandezas financeiras expressas em euros.

PLANOS CONSTANTES E CRESCENTES							
Modalidades	Subscrições	Capitais subscritos	Melhorias distribuídas	Quotiz. mensal	Subscrição média	Melhoria média	Quota média
Sub. por Morte	2.582	2.215.713,65	202.098,53	3.129,30	858,14	78,27	1,21
Sub. a Prazo	189	512.598,86	7.119,99	3.474,33	2.712,16	37,67	18,38
Prazo P. Antec.	2	5.976,58	0,00	20,82	2.988,29	0,00	10,41
Cap. Popular	687	456.350,60	20.346,18	500,00	664,27	29,62	0,73
Geral	3.460	3.190.639,69	229.564,70	7.124,45	922,15	66,35	2,06

Verifica-se uma diminuição dos capitais subscritos, embora a subscrição média tenha aumentado. A quota média também aumentou. O número de subscrições passou de 3.702 para 3.460, o que representa um decréscimo de 6,5%. Por modalidades, houve decréscimo do número de subscrições em todas as três que têm mais significado.

As reservas matemáticas ascendem a **705.401,82 €**, valor quase igual ao registado há um ano, sendo assim parceladas:

Modalidades	Reservas matemáticas		
	Subscrições	Melhorias	Totais
Subsídio por Morte	252.230,94	103.285,34	355.516,28
Subsídio a Prazo	217.309,81	6.694,80	224.004,61
Sub. a Prazo Pag. Antecipados	384,82	0,00	384,82
Capital Popular	115.662,14	9.833,97	125.496,11
Totais	585.587,71	119.814,11	705.401,82

As reservas matemáticas relativas ao Subsídio por Morte diminuíram 4,7%, o que seria de esperar, dado o considerável decréscimo do número de subscrições.

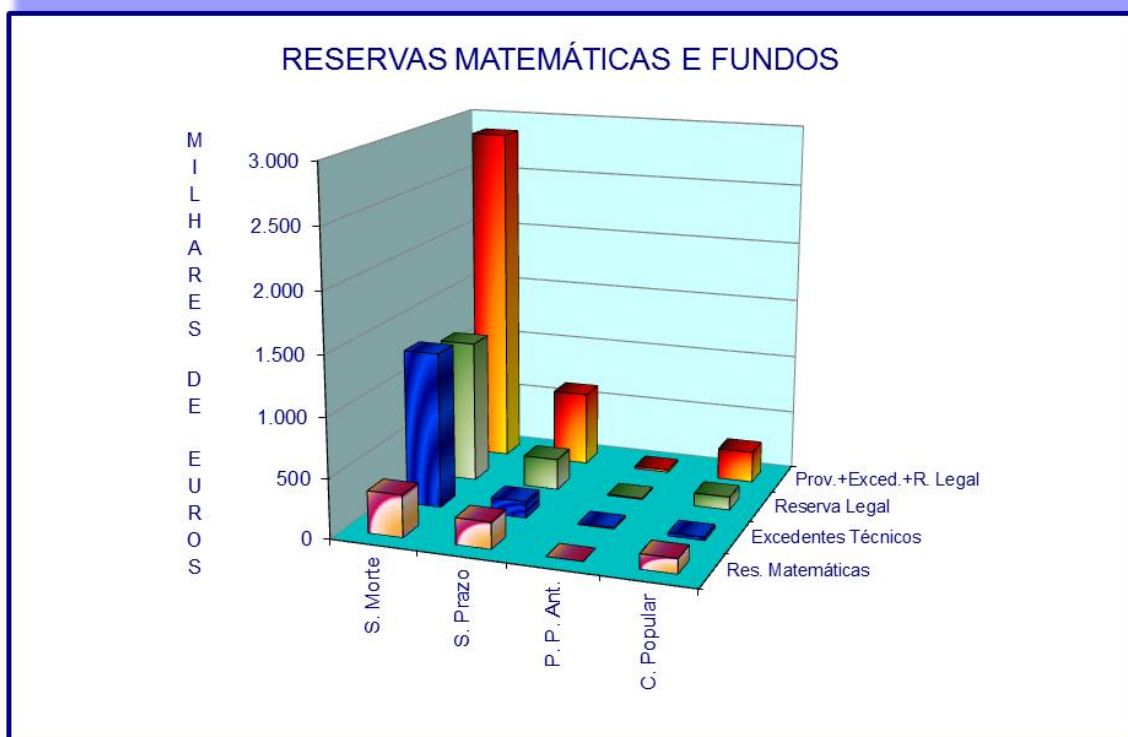
Comparando as reservas matemáticas com os fundos existentes, foram determinadas as taxas de cobertura respectivas:

TAXAS DE COBERTURA					
Modalidades	Reservas matemáticas	Excedentes técnicos	Reserva legal (*)	Taxas de cobertura	
				Sem res. leg.	C/ res. legal
Sub. por Morte	355.516,28	1.308.722,69	1.205.236,94	4,68	8,07
S. a Prazo	224.004,61	140.649,17	264.081,19	1,63	2,81
S. P. Pg. Antec.	384,82	12.479,61	9.316,38	33,43	57,64
Capital Popular	125.496,11	28.717,50	111.681,04	1,23	2,12
Totais	705.401,82	1.490.568,97	1.590.315,55	3,11	5,37

(\*) Considerou-se a Reserva legal dividida proporcionalmente às somas das Reservas matemáticas com os Excedentes técnicos.

As taxas de cobertura totais mantiveram-se, relativamente ao ano anterior. Não contando com a Reserva legal, as reservas matemáticas estão cobertas com fundos 3,11 vezes superiores (5,37

vezes superiores, se contarmos com a Reserva legal). O gráfico qua a seguir se insere evidencia os resultados do quadro anterior.



A situação técnico-financeira da Mutualidade mantém-se excelente. No entanto é necessário fazer um esforço para que o número de associados inscritos nas modalidades atuariais não diminua.

**O Atuário,**

**Porto, 3 de março de 2017**

**Nuno José Botto dos Reis Rodrigues**  
**Atuário Titular pelo Instituto dos Atuários Portugueses**

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'C. Magalhães', is located in the top right corner of the page.

## RELATÓRIO DE AUDITORIA

### RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **A LUTUOSA DE PORTUGAL – ASSOCIAÇÃO MUTUALISTA**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 8.301.186 euros e um total de fundos patrimoniais de 8.160.480 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 184.397 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração dos resultados por funções relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

#### Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

#### Ênfases

- a) Encontram-se contabilizadas, em 31/12/2016 e em 31/12/2015, na rubrica Investimentos Financeiros, obrigações subordinadas da SLN – Sociedade Lusa de Negócios, SGPS, S.A. (atualmente designada GALILEI, SGPS, S.A.), no montante de € 850.000, cujo reembolso não ocorreu nas datas previstas (ou seja, 25 de outubro de 2014 e 9 de maio de 2016).



Tal como referido no relatório da direção, no âmbito da ação judicial intentada pela Associação contra o Banco BIC (adquirente do Banco Português de Negócios), alegando uma “conduta imprópria aquando da venda das obrigações em apreço”, as partes acordaram um reembolso parcial do capital investido, no valor de € 680.000 (que ocorreu em janeiro de 2017), tendo sido reconhecida contabilisticamente, em 2016, uma perda por imparidade da parte não recuperável, no montante de € 170.000 (em 2015 não foi registada qualquer perda por imparidade).

- b) Tal como mencionado nas notas 2, 7 e 11.10 do anexo às demonstrações financeiras, foi efetuada, em 2016, uma reclassificação dos Fundos Patrimoniais, adequando o reconhecimento desta rubrica conforme o disposto no Código das Associações Mutualistas.

A nossa opinião não é modificada em relação a estas matérias.

#### **Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras**

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

#### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são



A handwritten signature in blue ink, appearing to be 'C. Silva', is located in the top right corner of the page.

consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização;
- concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório da direção com as demonstrações financeiras.



ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.

SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS

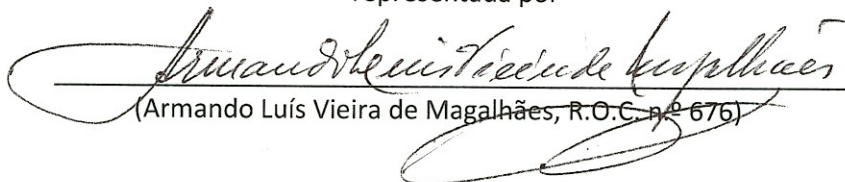
## RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

### Sobre o relatório da direção

Em nossa opinião, o relatório da direção foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Vila Nova de Gaia, 15 de março de 2016

ARMANDO MAGALHÃES, CARLOS SILVA & ASSOCIADOS, SROC, LDA.  
representada por

  
(Armando Luís Vieira de Magalhães, R.O.C. n.º 676)